

**IDEOLOGIAS NO ATO DE NOMEAR: A TOPONÍMIA REVELANDO MUDANÇAS
NAS RELAÇÕES DE PODER DE UMA COMUNIDADE**

**IDEOLOGIES IN THE ACT OF NAMING: TOPONYMY REVEALS CHANGES IN
THE RELATIONS OF POWER INSIDE A COMMUNITY**

Carmen Maria Faggion*

Bruno Misturini**

Elis Viviana Dal Pizzol***

Resumo: Este trabalho tem por objetivo investigar denominações toponímicas de alguns bairros, ruas e escolas de Bento Gonçalves, um município da região de colonização italiana localizado na Serra Gaúcha, identificando ideologias presentes e relacionando-as com etnias e nacionalidade. A base teórica é auferida em Dick (1990; 1996; 2001) e em alguns teóricos da Análise do Discurso e da noção de ideologia. O método é o da pesquisa bibliográfica, associada à análise de documentos e entrevistas. A Análise do Discurso, de modo geral, considera a relação da linguagem com as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, os contextos histórico-social e o de comunicação. O sujeito se constitui e se significa ao produzir sentidos para os discursos dos quais participa, por isso sua história, cultura, língua e ideologia influenciam nesse processo de formação. Dessa forma, é a partir, principalmente, dessas concepções, que neste artigo desenvolve-se uma reflexão acerca das relações ideológicas que as denominações de algumas ruas, bairros e escolas da cidade de Bento Gonçalves podem possuir. O ato de nomear, visto como um discurso, revela não só aspectos descritivos e histórico-culturais, mas também ideológicos, e deixa entrever relações de poder.

Palavras-chave: toponímia; ideologia; nomes de ruas, bairros e escolas.

Abstract: This work aims at investigating toponymic denominations of neighborhoods, streets and schools of the city of Bento Gonçalves, in the Italian Immigration Region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. Ideologies are identified as related to ethnic and national characteristics. Theoretical basis is gained from Dick (1990, 1996, 2001), theoreticians on Discourse Analysis and on the notion of ideology. The method involves bibliographical research, documental analysis and interview analysis. The Discourse Analysis considers language in relation to the conditions of production of the discourse, namely speaker, hearer, socio-historical and communicative contexts. The subject is constituted while producing meanings to the discourses in which he or she participates, so that his or her history, culture, language or ideology have influence in this process. In this paper, some considerations are made on names of streets, neighborhoods and schools, and their relations with ideologies. The act of denominating, seen as a discourse, reveals not only descriptive, historical and cultural aspects, but ideological conceptions as well, and points to relations of power.

Keywords: toponyms; ideology; names of streets, neighborhoods and schools.

* Professora Doutora do Curso de Letras e do Programa de Pós Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul. cmfaggio@ucs.br

** Mestrando do Programa de Pós Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul. bmisturini@ucs.br

*** Mestranda do Programa de Pós Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul. elisdalpi@yahoo.com.br

Introdução

*Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...
(Mário Quintana – O mapa)*

Os topônimos, essencialmente ligados à História, conforme assinala Dick (1996, p. 12), são também veículo de ideologias. Quando o ato de nomear deixa de contemplar a configuração geográfica ou o evento histórico, por si só motivadores da denominação, passa a revelar o intuito de quem nomeia. O topônimo é um pequeno texto, é um pequeno discurso, depositário de toda uma situação de fala e das complexas relações que a sustentam, e depositário também do momento histórico, e do pensamento que configura esse momento histórico e/ou é por ele configurado. E esse pequeno discurso, diferente dos demais porque pode durar séculos ou milênios, ao mesmo tempo preserva e revela, ou apenas desvela, as ideologias que o engendraram ou que por ele perpassam.

Dauzat (1972) fornece muitos exemplos de cidades gaulesas que tiveram seus nomes celtas substituídos por nomes latinos. As estratégias de romanização – a arquitetura, os fatos culturais como anfiteatros, arenas e termas, as estradas, o aceno à obtenção da cidadania e outros – incluíam também, portanto, o nome. Ficava guardado, com o nome do general ou o imperador dado à cidadezinha, o nome maior de Roma, sua língua, sua cultura, e a ideologia subjacente da dominação inquestionável.

E o mesmo autor (DAUZAT, 1972) reporta nomes romanos de divindades e imperadores que foram, na Idade Média, substituídos por nomes religiosos do Cristianismo, e mais tarde por nomes de reis ocidentais. O topônimo constitui, sim, um discurso, cuja importância e durabilidade instituem-no como poderoso veiculador de ideologias. Se o nome fosse inofensivo, não seria necessário trocá-lo. O topônimo carrega consigo uma estranha força, não só construída pelos séculos, mas também pela aceitação indiscutível dos que precisam designar um dado lugar pelo nome que seja por todos conhecido, pelo nome que não traga dúvida. Somos seres presos ao espaço, não menos que ao tempo, e as designações espaciais fazem parte da nossa identidade, tanto quanto o espaço é essencial à nossa sobrevivência. Conforme já assinalava Dick:

A fixação das bases lexicais para definir lugares ou identificar pessoas dispensa, muitas vezes, a necessidade de se situar o objeto em um plano efetivo de

representação, em que o designado corresponde, no plano do parecer, ao que significa, no nível do ser. É o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não-simbólico, o inativo. (DICK, 2001, p. 79)

Os estudos sobre toponímia no Brasil também apontam a presença de ideologias. Desde Dick (1990), não se abrigam dúvidas quanto à motivação toponímica essencialmente ligada à História do país, e os nomes revelam sucessivas ideologias: a preocupação descritiva dos topônimos indígenas – os mais antigos – mostra a importância da identificação precisa de um local. Muitas vezes, tal identificação acurada poderia significar sobrevivência. Os subsequentes nomes lusos mostram preocupação doutrinária – nomes de santos ou de elementos ligados ao Cristianismo poderiam revelar apego ao dogma, se não ao fato, à letra, e justificariam toda a dominação da nova terra a partir da preocupação de salvar as almas dos nativos, aliás, justificativa de todo o colonialismo europeu.

A noção do topônimo como veiculador de ideologia já se encontra citada em Dick (2001, p. 79), entre outros. Este trabalho pretende desenvolver essa ideia, investigando as denominações de algumas ruas, escolas e bairros de Bento Gonçalves.

Conforme assinala Andrade,

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete e refrata de perto a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo. (ANDRADE, 2010, p. 213)

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é investigar denominações toponímicas de alguns bairros, ruas e escolas de Bento Gonçalves, um município da região de colonização italiana localizado na Serra Gaúcha, identificando ideologias presentes e relacionando-as com etnias e nacionalidade, com o fim de contribuir, através da análise linguística, para o esclarecimento dos dados culturais presentes no desenvolvimento dessa região brasileira.

A justificativa para a execução deste trabalho é a pertinência de desenvolver estudos toponímicos, de toda ordem, contemplando diferentes regiões brasileiras. Contribui-se, dessa forma, com o crescimento que tais estudos vêm obtendo nos últimos anos, em nosso país. Cremos que a análise linguística das denominações e das mudanças verificadas, sempre relacionadas a um momento histórico preciso, poderá contribuir para a compreensão dos topônimos e das mudanças efetuadas, com justificativas muitas vezes presentes no próprio corpo da lei que instaura a mudança.

A base teórica é auferida, portanto, na linha proposta por Dick (1996), quanto à vinculação entre denominação e história, e em teóricos da ideologia, citados no item 2 deste artigo. Como situamos o ato de nomear como um discurso, citaremos oportunamente alguns teóricos da Análise do Discurso.

1 O ato de nomear e a Toponímia

Rua da União...
Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância
Rua do Sol
(Tenho medo que hoje se chame do Dr. Fulano de Tal)
Atrás de casa ficava a Rua da Saudade...
(Manuel Bandeira – Evocação do Recife)

É muito famosa a distinção que Frege (1978) efetua entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). Para o autor, a referência de um nome próprio é o objeto ao qual o nome se refere (FREGE, 1978). O sentido contém o modo de apresentação de um nome, conforme Frege (1978), e a partir disso podemos dizer que ele constitui uma descrição desse nome. Ou seja, o sentido de uma expressão é o seu significado, em relação às outras expressões da língua, e sua referência é a relação da expressão com um ser ou grupo de seres que ela identifica.

Seabra (2006) apresenta uma reflexão esclarecedora:

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido da função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. (SEABRA, 2006, p. 1956)

Dado o caráter espacial da condição humana, um nome passa a designar um local, e surge um acordo tácito quanto a isso. Por muitos significados que a palavra *Direita* possa ter, a partir de Dick (2009) sabe-se que a denominação corrente de *Rua Direita*, presente na história da hodonímia de muitas cidades, decorre de seu traço ‘ir diretamente de um ponto a outro’, mesmo que a Rua Direita seja torta, ou fique à esquerda da principal. Nossa localização espacial é muito importante para nossas atividades diárias, o que pode significar, em alguns casos e em última análise, que é importante para a nossa sobrevivência. Por isso, as convenções têm que ser seguidas. Um nome designa um local, e é importante mantê-lo. A

tradição, no caso dos topônimos, tem sólidos esteios na nossa consciência espacial. Fica logo útil sua função referencial, como a definiu Seabra (2006).

As leis e a política certamente perceberam a importância dos topônimos nas comunidades humanas, e muitas vezes tentaram influir na construção de um nome. A denominação muitas vezes é aceita, especialmente se o lugar é novo. Muitas vezes, a denominação instituída por lei compete com a denominação popular: nas cidades do interior, a Rua Presidente Fulano é conhecida como a Rua da Farmácia; em Porto Alegre, a denominação de uma das principais ruas do Centro é Rua dos Andradas, popularmente conhecida como Rua da Praia – os dois nomes coexistem, são intercambiáveis e fazem parte do conhecimento adquirido não só dos porto-alegrenses, mas dos gaúchos em geral. Outras vezes ainda, a denominação oficial passa a ser motivo de protesto da população, que prefere a denominação anterior. Em Bagé (RS), a simples troca da letra *g* por *j*, conforme requereria a ortografia correta de nome de procedência indígena, causou protestos entre a população, que exigiu a grafia antiga – pautada no exemplo precedente de *Bahia* – e o nome da cidade, hoje, continua sendo escrito com *g*.

Apenas a título de curiosidade, em Jericoacoara, no Ceará, as ruas ainda são chamadas Rua da Igreja, Rua das Dunas, Rua do Forró, Rua Nova; e há também uma Rua São Francisco. Não há nomes “políticos”, há nomes populares. Essas denominações confirmam todo o construto ideológico de cidadezinha autêntica, pura, ainda não contaminada pela poluição, pela dominação financeira do turismo, pela exploração imobiliária. É a praia antiga, primitiva, que (por enquanto) se mantém como refúgio privilegiado da natureza e da vida simples. E das denominações espontâneas.

Entre os topônimos, os hodônimos, no entanto, constituem um caso específico. O rio, a montanha, a baía, o vale preservam nomes muito antigos, conforme já demonstraram Dick (2004) e Isquerdo (2008). A análise linguística de tais topônimos revela não só a presença de línguas e povos antigos (a esse respeito, leia-se Dick, 2006, p. 93) como também revela, elucidado o significado dos nomes em tais línguas, que o nome é frequentemente descritivo – *Iguaçu* é ‘água grande’, *Pindorama* é ‘terra das palmeiras’, etc. Nos nomes de ruas, entretanto, pode-se verificar, a partir de Dick (1996), que os nomes puramente descritivos são frequentemente substituídos por nomes “oficiais”. De fato, nos hodônimos intervém a Lei, promulgando um nome de motivação, muitas vezes, política.

Nomear é, pois, um discurso.

A Análise do Discurso, de um modo geral, leva em conta a relação da linguagem com as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto de comunicação e o contexto histórico-social. Vai analisar não só a significação do discurso⁴, mas o efeito de sentido (ou o sentido especial, circunstancial) que ele pode ter. A Análise do Discurso procura, então, mostrar como funcionam os textos, observando sua articulação com o que é exterior a ele. Conforme assinala Maingueneau (1993, p. 10), a Análise do Discurso ocupou uma boa parte do território liberado pela antiga filologia, porém com outros pressupostos e métodos. E, acrescentaríamos, outros objetivos.

2 Noção de ideologia

*Na Rua do Carmo berro
na Rua Direita erro
e na da Aurora adormeço.*
(Ferreira Gullar – Poema Sujo)

O senso comum identifica ideologia com a visão de mundo de uma dada classe social. Assim, as pessoas falam em ideologia capitalista, de esquerda, de elites, etc. Os estudiosos, naturalmente, esclarecem e aprofundam a noção.

Dresch (2007, p. 93-94) chama nossa atenção para duas grandes linhas conceituais com que nos deparamos na definição de ideologia. Uma tem base em Marx e Engels e é entendida como ilusão, falsa consciência, inversão da realidade, distorcendo contradições sociais. Outra tem base em Lenin, Lukács e Gramsci e vê a ideologia como qualquer doutrina vinculada a uma posição de classe. A autora (DRESCH, 2007, p. 95) salienta que, a partir de Pêcheux, vê-se a ideologia como algo que tem sua manifestação concreta no discurso. Portanto, redefine-se continuamente, refletindo os mecanismos de dominação e resistência e as contradições dos grupos.

Pêcheux (1988, p. 71) menciona dois tipos de ideologia: a empírica, que se preocupa com a relação entre um significante e um significado, conferindo ao homem o papel de produtor de significações, e a especulativa, que articula significantes entre si. A partir delas, articula-se o princípio da dualidade, com as duas formas de funcionamento da ideologia. Nunes (2007, p. 102) lembra o conceito de formações: a formação ideológica como uma força, constituída de atitudes e representações, e a formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito em cada gênero, não só pelas palavras empregadas, mas pelas

⁴ Entendemos o discurso como um texto sócio-historicamente determinado, necessariamente contextualizado e com autoria (o discurso é sempre discurso de alguém). (V. Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 168-173).

construções em que aparecem; Nunes (2007, p. 102) lembra ainda que as palavras ‘mudam de sentido’, de uma formação discursiva a outra. A esse propósito, Indursky (2007, p. 185) assinala que, para Foucault, uma formação discursiva caracteriza-se pela regularidade de uma prática. A mesma autora (INDURSKY, 2007, p. 188-189) lembra ainda que o recurso à ideologia, para identificar um sistema de formação, está afastado para Foucault, enquanto para Pêcheux é condição essencial. Tudo isso confirma o que foi bem sintetizado por Gregolin (2007, p. 6): “o discurso é [um processo] determinado pelo tecido histórico-social que o constitui”. De tal tecido e de tal discurso faz(em) parte a(s) ideologia(s).

Isso nos remete a uma outra discussão famosa sobre ideologia, a que foi conduzida pelo Círculo de Bakhtin.

Miotello (2007, p. 169) afirma que a única definição de ideologia, dada por alguém do Círculo de Bakhtin, é a de Voloshinov, de 1930, intelectual que pertencia ao mencionado Círculo e que, depois, revelou-se como um outro nome sob o qual Bakhtin escrevia. Sua definição dizia que “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras (...) ou outras formas sógnicas” (VOLOSHINOV, *apud* MIOTELLO, 2007, p. 169).

Na interpretação de Miotello (p. 169), a ideologia é vista como uma tomada de posição determinada. E o autor acrescenta que o signo bakhtiniano, além de um sentido físico-material e um sentido sócio-histórico, “representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio do ideológico” (MIOTELLO, 2007, p. 170). Assim, conclui Miotello, o signo é ideológico.

Fiorin (1990, p. 26) faz ver que, numa formação social, existem a essência, que é profunda, e a aparência, superficial. A partir desta última, que é dada à nossa percepção e que pode ser vista como a totalidade (v. p. 28), constroem-se as ideias dominantes de uma sociedade.

A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens, é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é “falsa consciência”. (FIORIN, 1990, p. 28)

Vemos aí a noção de ideologia identificada com uma visão da realidade que oculta as relações sociais mais profundas, prendendo-se às aparências. Mas, se houver uma visão de mundo que chegue à essência das coisas, teremos uma outra forma de ideologia: “Nem toda ideologia é, portanto, ‘falsa consciência’”, declara Fiorin (1990, p. 29). Assim, haverá numa sociedade (ou numa *formação social*, como usa Fiorin) tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais; entretanto, diz o autor, “a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante” (FIORIN, 1990, p. 31). O autor diz ainda que as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, pois “a realidade exprime-se pelos discursos” (FIORIN, 1990, p. 33). Numa conclusão que reflete toda uma maneira de pensar contemporânea, o autor pondera que as ideias não existem fora dos quadros linguísticos: “por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas” (FIORIN, 1990, p. 34). Se disséssemos que as formações discursivas é que só ganham existência nas formações ideológicas, a afirmação ficaria igualmente conclusiva. Isso a reassegura ou a coloca em dúvida?

“Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*”, já dizia Bakhtin (1981, p. 35, grifo do autor). De fato, toda a questão fica de outra maneira configurada se, em vez de relacionarmos linguagem e pensamento com respeito a uma noção de precedência, dissermos que entra em jogo um terceiro elemento, que é a interação. A questão fica visivelmente mais complexa – e, portanto, mais verdadeira – e isso a livra de formulações acadêmicas de estruturação maniqueísta. A interação dinamiza linguagem e pensamento, concorrendo para suas mudanças e reformulações, da mesma forma que o pensamento atua na linguagem e na interação, da mesma forma que a linguagem, por sua vez, age no pensamento e na interação.

Para Althusser (1976, *apud* Paveau; Sarfati, 2006, p. 205), “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, o que o leva a concluir que “a ideologia tem uma existência material”. Na interpretação dos autores que o citam,

Esse enunciado lapidar significa que, longe de ser uma pura representação desconectada da realidade empírica, as ideias e representações de um sujeito constituem realidades tão concretas quanto as produções materiais: elas fabricam o real. Isso quer dizer que, para Althusser, a ideologia não é da ordem psicológica, mas se situa do lado da práxis, que modula as identidades e os modos de ser dos indivíduos. (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 205)

Situada na práxis, a ideologia faz parte do discurso; de fato, para Pêcheux, ela é anterior à produção do discurso. O sujeito é um produto da ideologia, já dizia Althusser

(citado por Paveau e Sarfati, 2006, p. 205). Isso traz à cena a questão da consciência, sempre concebida como individual. Mas ela é, como lembra Fiorin (1990, p. 35-36), um fato social, pois se constitui “a partir dos discursos assimilados por cada membro de um grupo social”.

Já dizia Bakhtin (1981, p. 32) que “ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico”. E mais: “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua maneira” (BAKHTIN, 1981, p. 33). Faraco (2003, p. 46) assinala que a palavra *ideologia* tem outro significado para o Círculo de Bakhtin: designa a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, o universo *imaterial*. Faraco conclui que, para o Círculo,

Os signos não apenas *refletem* o mundo (não são apenas um decalque do mundo): os signos também (e principalmente) *refratam* o mundo. Em outras palavras, o Círculo assume que o processo de transmutação do mundo em matéria significativa se dá sempre atravessado pela refração dos quadros axiológicos. (FARACO, 2003, p. 49 – grifos do autor)

Vemos nessa concepção a ideologia fazendo parte não só do discurso (que supõe uma situação de fala, com actantes), mas do signo em si: na concepção do Círculo, as significações, como diz Faraco, “são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais” (FARACO, 2003, p. 50).

A ideologia fica, assim, inserida na própria significação. Como bem resume Fiorin:

A língua em si não é um fenômeno que tenha um caráter de classe, uma vez que ela existia nas sociedades sem classes, existe nas formações sociais com classe e continuará existindo quando as classes forem abolidas. No entanto, as classes usam a linguagem para transmitir suas representações ideológicas. (FIORIN, 1990, p. 72)

Em cada discurso, estão presentes ideologias.

Uma das conclusões a que chega Faraco (sobre o conceito de ideologia no Círculo de Bakhtin) é particularmente esclarecedora:

Nesse sentido, aquilo que chamamos de língua não é só um conjunto difuso de variedades geográficas, temporais e sociais (como nos ensinam a dialetologia, a linguística histórica e a sociolinguística). Todo esse universo de variedades formais está também atravessado por outra estratificação, que é dada pelos índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais. Aquilo que chamamos de língua é também e principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais. (FARACO, 2003, p. 56)

A língua é perpassada por valores. Impomos nossas escolhas sociais e culturais (e ideológicas) ao escolher a modalidade padrão numa palestra, modalidades não-padrão na conversa com amigos, terminologia científica numa comunicação investigativa, turpilóquio nas ofensas, nas dores, na revolta; e sofremos as escolhas de outrem nas situações de fala. Temos consciência desses valores atuantes nas elocuições. Temos evidências de discursos altamente monitorados para não incorrer no politicamente incorreto, assim como temos evidências de palavras propositadamente ofensivas usadas para diminuir, magoar, atingir algo inerente à identidade do indivíduo.

A noção de ideologia assume diferentes nuances em diferentes autores. Para nossos fins imediatos, contudo, podemos ficar com a ideia bakhtiniana de ideologia, sintetizada por Miotello (2007, p. 171) da seguinte forma: “Dito isso, se poderia caracterizar ideologia, da perspectiva bakhtiniana, como a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens”. Na perspectiva dialógica estabelecida por Bakhtin (e isso é esclarecido por Faraco, 2003, p. 70 s., e por Miotello, 2007, p. 170, entre outros), essa organização das relações é processo inacabado, é constante, é dinâmica; os signos tanto podem reproduzir a ordem social como contradizê-la.

A partir dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Dick (1998) e Althusser (1985), Pasa (2012) realizou uma investigação acerca das relações que os nomes de lugares podem possuir com a ideologia. O autor considera em sua análise a noção de ideologia em que há relações de poder entre as classes; e que é através dos Aparelhos Ideológicos do Estado que a classe dominante consegue manter o processo de reprodução de sua ideologia.

Conforme já assinalara Dick (1998), os nomes não são apenas denominações, eles são carregados de significado, representam os valores culturais e ideológicos de uma comunidade. Em uma formação social, há concepções dominantes que instauram um poder simbólico ou ideológico sobre a comunidade. Essas concepções transferidas para as denominações de lugares influenciam o meio social, revelando padrões vigentes e dominantes da época.

Ou, nas palavras da própria autora, os nomes atribuídos “são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou ethos grupal” (DICK, 1998, p. 97).

Ao produzir sentidos para os discursos de que participa – como falante e/ou como ouvinte – o sujeito se constitui e se significa. Tudo aquilo que o forma intervém nesse processo: sua história, sua(s) cultura(s), suas redes, suas linguagens, sua(s) ideologia(s).

Assim, vamos ao encontro do que diz Orlandi (2007, p. 96) sobre a ideologia: “Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação.” Ou, como coloca Dresch (2007, p. 91), apoiam-se, cada vez mais, “as análises sobre as condições históricas e sociais de produção do discurso, entendendo a ideologia como elemento constitutivo desse processo”. Nossas construções de sentido serão feitas com o auxílio do que nos constitui como sujeitos; e um dos elementos de nossa constituição como sujeitos é a ideologia.

Ideologias sempre apontam para o poder. E os que estão no poder prestam seus respeitos às ideologias que lá os mantêm ou que lá os puseram.

3 Ideologias e nomes de ruas, bairros e escolas

*Mundaú! – soube depois
que quer dizer rio torto.
Quem te inventou, Mundaú das minhas lavadeiras seminuas,
dos meus pescadores de traíras?
Mundaú! – rio torto – caminho de curvas,
por onde eu vim para a cidade
onde ninguém sabe o que é caminho.
(Jorge de Lima – Caminhos de minha terra)*

É com base em Dick (1990, p. 22) que procuramos a motivação toponímica, ou das “fontes geradoras dos nomes de lugares”. A autora assinala que a função denominativa, na língua, é arbitrária ou convencional; na Toponímia, contudo, é motivada (p. 22). A averiguação vai-se defrontar com duas ordens genéricas: a da natureza física e a antropocultural (DICK, 1990, p. 23-24). A autora insiste em que, na Toponímia, o elemento linguístico, “revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada” (DICK, 1990, p. 34).

Dick (1990, p. 37) menciona ainda a diferença estabelecida por Guiraud entre os signos como estímulos associados naturalmente ao que designam, que são as imagens ou ícones, e os associados artificialmente, os símbolos. O signo toponímico, todavia, apresenta, para Dick (1990, p. 38), algumas feições características: “o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (DICK, 1990, p. 38).

Essa motivação toponímica transparece, para Dick (1990, p. 39), em dois momentos: na intencionalidade de quem escolhe dado nome para um lugar e na origem semântica da

denominação, “no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas” (DICK, 1990, p. 39).

O signo toponímico persiste, mesmo quando o significado primitivo deixa de existir. Ou seja, ocorre permanência do nome mesmo quando existe “ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação” (DICK, 1990, p. 42). Assim, o topônimo pode ser interpretado como um “verdadeiro fóssil linguístico” (DICK, 1990, p. 42).

É difícil, assinala Dick (1990, p. 49), assegurar-se a intencionalidade que presidiu ao processo de nomeação. Tal intenção conduz apenas a suposições, afirma Dick (1990, p. 53). Mas algumas suposições podem encontrar evidência histórica que as confirme. Por exemplo, topônimos indígenas brasileiros foram alterados, inicialmente, por convicção religiosa; depois, por medida arbitrária do governo português, que temia a permanência das línguas nativas nos topônimos (cf. Dick, 1990, p. 55).

É Andrade (2010) que assinala:

Todo trabalho toponímico constitui um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* e da cosmovisão das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Nesse momento, são exteriorizados e evidenciados aspectos sociais, religiosos, antropoculturais, organização política e linguística de um determinado grupo. (ANDRADE, 2010, p. 209)

A questão dos nomes de ruas, na Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha, tem sido citada como peculiar, pela constância com que, a partir da segunda metade do século XX, ocorrerem denominações de ruas que homenageiam pessoas que viveram ou trabalharam nas cidades – ao lado de vultos históricos, datas e outros. Vários trabalhos (entre os quais Frosi, Faggion e Dal Corno, 2008, 2010; Faggion, Frosi e Dal Corno, 2008; Sartori, 2010; Cioato, 2012; Baretta, 2012) assinalam essa característica.

Em Bento Gonçalves, nas origens da cidade, a análise dos hodônimos mostra nomes (comuns até hoje na hodonímia da Itália) de vultos históricos daquele país, tais como Mazzini e Cavour, e de lugares, como Padova.

No entanto, a partir dos anos 1930, registram-se várias substituições, privilegiando nomes reverenciados pela História brasileira. Isso ocorreu devido à Campanha de Nacionalização promovida por Vargas e à ocorrência da Segunda Guerra Mundial. (Ver os trabalhos de Frosi, Faggion e Dal Corno, 2008, 2010; ver também Sganzerla, 2004; e Campos, 2006).

Assim, os nomes italianos foram retirados, tal como ocorreu com outros topônimos

das regiões de imigração. Foram substituídos por nomes portugueses e/ou indígenas. Assim, a rua Mazzini passou a chamar-se Marques de Souza e a rua Cavour, Borges do Canto – vultos históricos italianos substituídos por vultos históricos brasileiros, no contexto histórico da nacionalização de Vargas e da Segunda Guerra Mundial (v. Faggion; Frosi; Dal Corno, 2008, p. 284).

Assim ocorreu com vários municípios da Região de Colonização Italiana. Na década de 1930, Nova Vicenza tornou-se Farroupilha (em homenagem à revolução gaúcha do século XIX), Nova Milano tornou-se Emboaba, Monte Vêneto tornou-se Cotiporã. Alguns desses nomes permanecem até hoje: é o caso de Farroupilha e Cotiporã. Outros retornaram ao nome original, por pressão dos próprios habitantes: foi o caso de Nova Milano, dentre outros. O mesmo ocorreu, na cidade de Caxias do Sul, com a principal praça da cidade, que, de acordo com Frosi (2010), chamava-se Dante Alighieri. A praça teve seu nome trocado para Rui Barbosa. Voltou depois, por pressão popular, ao nome primitivo, que vigora até hoje.

Voltando a Bento Gonçalves, nas décadas seguintes ao final da Segunda Grande Guerra observa-se um retorno aos nomes italianos na hodonímia da cidade, homenageando agora os imigrantes e seus descendentes que se tenham destacado na indústria ou na política, ou os habitantes da cidade que se tenham sobressaído por empreendimentos ou pelo grau de educação alcançado. Mais tarde, as homenagens se estendem a todos os primeiros moradores da cidade, que tiveram seus nomes associados não só a ruas, mas também a escolas, praças e outros logradouros. Assim, os nomes de ruas homenageiam prefeitos, professores, advogados, industrialistas, profissionais da saúde, agricultores, músicos, um maquinista, bancários, marceneiros (v. Frosi, Faggion e Dal Corno, 2010, p. 161-163).

Valoriza-se o imigrante e, dentro da categoria, o imigrante que venceu, pela força de seus empreendimentos e de seu trabalho. Ou, dito de outra maneira, exalta-se o valor do trabalho, a marca cultural que os descendentes de imigrantes tomam como característica. Trata-se de uma marca cultural importante na Região de Colonização Italiana, como realça, por exemplo, Pozenato (2004). Muitos autores (Frosi e Mioranza, 1975, 1983; Frosi, 1987; Giron, 2007; Perondi, 1999; Frosi, Dal Corno e Faggion, 2007) mencionam o grande apego ao trabalho que permeia a história da Região de Colonização Italiana. Iotti (2001, p. 90) observa, no relatório de um cônsul italiano, a capacidade de trabalho que permitiu ao imigrante italiano permanecer onde outros imigrantes europeus desistiram; e o cônsul exalta essa característica em seus compatriotas, assinalando as grandes dificuldades da colonização.

Sabe-se que o trabalho é fundamental na vida do indivíduo. É através dele que o

indivíduo ocupa um espaço na sociedade. É através dele que o indivíduo amplia esse espaço, ascende, cria perspectivas e ganha respeito. Mais que isso, vigora na Região de Colonização Italiana uma ideia de que o trabalho árduo, o sacrifício, o resistente apego ao que é difícil e custoso constitui uma qualidade que é preciso cultivar, e uma herança ancestral de que é preciso se orgulhar.

Nota-se que tal fato também pode ser observado na escolha dos nomes dos bairros da cidade. Atualmente, Bento Gonçalves possui quarenta e seis bairros, decretados a partir de quatro leis diferentes, criadas para acompanhar o desenvolvimento da cidade. A valorização do imigrante e do trabalho está presente em quatro nomenclaturas diferentes, como veremos adiante.

De acordo com Dick (1998, p. 105), “entendemos a Toponímia como a parte da Onomástica que busca a identificação e a diferenciação dos lugares pelos seus nomes e não apenas pelos aspectos descritivos do terreno”, apesar de estes estarem muito presentes nas nomenclaturas regionais. Há, nas denominações dos bairros de Bento Gonçalves, nomes descritivos, que refletem a realidade, geográfica ou não, do local. Podemos citar os bairros Planalto (devido ao fato de o local ser bastante plano), Cidade Alta (pois está localizado na parte alta da cidade), Centro (também devido a sua localização) e Vila Nova (que faz menção ao surgimento de uma nova vila na cidade).

Destaca-se o fato de a maioria dos nomes dos bairros da cidade possuírem caráter indicativo, ou seja, apontam para algo concreto. No caso específico da toponímia de Bento Gonçalves, que é bastante recente (a primeira lei que denomina os bairros da cidade é do ano de 1971), o elemento referencial, normalmente, encontra-se presente, e, quando não está, ainda permanece vivo na mente dos habitantes. É o caso dos bairros Universitário (onde está localizada a primeira universidade da cidade), Fenavinho (local que abriga os pavilhões da mais tradicional festa da cidade, que celebra a fabricação do vinho), Barracão (que faz referência a um arroio de mesmo nome), Eucaliptos (indicando um elemento vegetal presente na região) e Santa Rita (referenciando a capela construída no bairro, que leva o nome da santa). Além disso, fatores histórico-culturais, principalmente os ligados à colonização italiana, estão fortemente presentes nas denominações dos outros bairros da cidade.

Segundo Isquierdo (2008, p. 36),

os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores –

linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação.

É o caso de Pomarosa, Vinosul e Licorsul, que levam esses nomes devido ao fato de, nas mediações do bairro, existirem, antigamente, três empresas (MISTURINI, 2010; 2011). Tais neologismos, hoje incorporados ao vocabulário dos moradores da cidade, foram escolhidos como denominações devido ao fato de representarem o trabalho do cidadão bento-gonçalvense, aspecto bastante valorizado na região, como já abordado anteriormente (V. Misturini, 2010; 2011). O mesmo acontece com o bairro Imigrante, cuja denominação busca, de certa forma, homenagear os primeiros habitantes da cidade, vindos da Itália. Nota-se, aqui, a presença de elementos históricos, culturais e ideológicos.

As denominações de lugares de uma região, como, por exemplo, os nomes de escolas, podem revelar a ideologia dominante na comunidade num dado tempo. Podem revelar maneiras de pensar e deixar entrever relações de poder.

Ao levar em consideração as relações entre língua e sociedade, denominador e denominação, não se pode esquecer que toda classificação é de ordem social e que por isso a escolha de determinado nome possui algum tipo de intenção, podendo ser utilizado como estratégia de manipulação simbólica para atender alguma forma de interesse material ou simbólico.

Portanto, a língua ultrapassa a função de denominar, ela representa os valores de uma comunidade. Tratando-se dos nomes de lugares, a representatividade de um topônimo implica essencialmente na questão sobre o que essa denominação simboliza ou o que representa. Para Seabra (2006, p. 1957):

Considerada como um produto histórico e, portanto, devendo ser entendida dentro do contexto do processo em que se produz, a linguagem, como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma “ferramenta” (aspas da autora) fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais e concretas e a suas instituições.

Segundo Dick (1998, p. 103), as marcas ideológicas distintivas distribuem-se nas coordenadas tempo-situacionais, onde há actantes básicos como o nomeador (sujeito, enunciador ou emissor), o objeto nomeado (espaço) e o receptor (ou enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação passivamente). Desse modo, os nomes atribuídos a lugares podem se

relacionar com os fatores históricos, sociais, culturais e ideológicos da época em que foram denominados. Nas palavras da autora:

A peculiaridade do processo denominativo é exatamente a constituição dessa cadeia gerativa de enunciação, que revela contornos particulares; um denominador isolado, construtor de uma mensagem [...] interferindo em uma coletividade receptora, que passa a ser usuária do(s) designativo(s), sem que interagisse na dinâmica do processo. A adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise posterior do linguista, em uma fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar ou do batismo da pessoa. (DICK, 1998, p. 103)

As denominações tornam-se parte de um “jogo” de relações que constitui a identidade de um local e notabiliza a ideologia dominante. O denominador ou ato de nomeação, ao escolher certo nome, busca no meio social, no espaço os elementos que inspirem a designação. De acordo com Seabra (2006, p. 1956):

Sem dúvida, ao refletirmos acerca da função de denominação toponímica percebemos que o ser humano nomeia o mundo que o rodeia, segundo seu saber, isto é, segundo experiências assimiladas do convívio com outros homens, o que nos leva a afirmar que, frequentemente, a linguagem toponímica se apóia no léxico regional.

Conforme Dick (1998, p. 118), existem constantes nas denominações de lugares das regiões como nomes de políticos, de vultos históricos, de representantes da comunidade local e de nomes de santos. Em um estudo prévio, nas denominações de escolas da cidade de Bento Gonçalves percebe-se que, em geral, os nomes referem-se a vultos históricos regionais e nacionais, personalidades locais e referências a santos ou a crenças religiosas (V. Dal Pizzol, 2013).

É possível citar, como exemplos, nomes de escolas referentes a vultos históricos nacionais (Colégio Visconde de Bom Retiro e Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Tancredo de Almeida Neves), referentes a vultos da história do Rio Grande do Sul (Escola Estadual de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves da Silva), referentes a nomes que pertencem à história local (Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Felix Faccenda e Escola Municipal de Ensino Médio Alfredo Aveline) e referentes à religião, que é o caso do Colégio Sagrado Coração de Jesus e do Colégio Marista Nossa Senhora Aparecida (DAL PIZZOL, 2013).

As denominações se constroem e se reconstroem através dos indivíduos e do meio social num processo formação e transformação, retendo a memória cultural, histórica e

ideológica das gerações passadas de uma região e refletindo esses valores para a sociedade atual. Segundo os estudos de Frosi, Faggion e Dal Corno (2008, p. 294), “as cidades, seus monumentos, suas praças e ruas têm nomes que guardam a memória coletiva do tempo transcorrido e preservam a lembrança dos homens que aí viveram e construíram um patrimônio cultural que do passado se estende ao presente”. Dessa forma, a história e a origem de seus nomes das escolas podem indicar valores culturais e ideológicos da comunidade em que estão inseridos.

Considerações finais

*Dorme, ruazinha... É tudo escuro...
E os meus passos, quem é que pode ouvi-los?
Dorme teu sono sossegado e puro,
Com teus lampiões, com teus jardins tranquilos...
(Mario Quintana – Dorme, Ruazinha)*

Parece que uma comunidade se reforça, ao apresentar seu valor cultural maior como ponto de partida para a denominação de seus logradouros, e marca sua presença ao demarcar suas ruas, bairros e escolas com nomes de pessoas, entidades, eventos e coisas que fazem parte de uma história compartilhada.

Para Andrade (2010, p.106), o topônimo “é resultado da ação do nomeador ao realizar um recorte no plano das significações, representações, ou seja, praticar um papel de registro no momento vivido pela comunidade”.

Marca comum a todos os hodônimos, nomes de bairros e nomes de escolas aqui mencionados é a presença de nomes religiosos, assinalando, como em todos os pontos do Brasil, uma presença marcante do cristianismo.

As ruas de Bento Gonçalves – e de várias outras cidades da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul – mostram significativa maioria de antropotopônimos de origem italiana, refletindo aí a maioria étnica que formou a cidade: são 83,53%, contrapondo-se a 17,47% nomes de ruas de outras etnias (v. Frosi; Faggion; Dal Corno, 2010, p. 157). Ao ver a razão de tais denominações, verifica-se que a lei que institui os nomes coloca, ao lado deles, muitas vezes, somente a profissão como justificativa. Valoriza-se, pois, o trabalho.

No caso de nomes de bairros, o fato de haver nomes de empresas entre os elementos motivadores, bem como o nome da festa máxima da cidade (Fenavinho), mais uma vez

apontam para o desejo de valorização do trabalho, essa marca cultural tão cara aos descendentes de imigrantes. Há também nomes religiosos e descritivos (V. Misturini, 2010; 2011).

Os nomes de escolas, embora priorizem homenagem a vultos pátrios e datas importantes, também apresentam alguns nomes de vultos da cidade, na pessoa dos professores pioneiros (Félix Faccenda, Agostinho Brun, Alfredo Aveline) e de educadores marcantes na história da cidade (como Maria Borges Frotta). Os nomes religiosos também aparecem, principalmente nas escolas confessionais, e há também nomes descritivos, como o da Escola Fenavinho, assim chamada por situar-se no bairro de mesmo nome (V. Dal Pizzol, 2013).

Ainda há muito trabalho a fazer, mas as primeiras investigações já apontam marcas ideológicas importantes nas denominações de ruas, bairros e escolas, com ou sem marca local. Do ponto de vista ideológico, vislumbram-se novas relações de poder se compararmos os mapas atuais aos nomes de rua da antiga vila do século XIX: onde havia principalmente nomes de vultos brasileiros, com alguns nomes italianos, estes depois trocados, hoje em Bento Gonçalves há predominância de nomes de origem italiana, e nos bairros vê-se a ocorrência de nomes de empresas passando a denominar o local. Nas escolas, surgem alguns nomes de professores locais. Um novo poder valoriza sua marca cultural, o trabalho, e sua origem. Há, no mínimo, uma nova tomada de posição.

Referências

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*: Atito. Goiânia, Goiás: PUC, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

BARETTA, Rubens Cesar. *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS*. Dissertação (Mestrado). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

CAMPOS, Cynthia M. *A política da língua na era Vargas*. Campinas: UNICAMP, 2006.

CIOATO, Fernanda Bassanesi. *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*. Dissertação (Mestrado). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

DAL PIZZOL, E. V. Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves (RS). In: *IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Caderno de Resumos do IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2013.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 – 1987*. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. P. A.. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Lingüística - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística)*. São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 79-90.

DICK, M. V. P. A. . Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria da Graça Krieger. (Org.). *As ciências do léxico*. 1 ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004, v. II, p. 121-130.

DICK, M. V. P. A. . Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais - Variante Regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: Maria Cândida Trindade Costa de Seabr. (Org.). *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG, 2006, v. , p. 91-119.

DRESCH, Márcia. Ideologia – um conceito fundante na/da Análise do Discurso – considerações a partir do texto. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.). *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. 2.ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

FAGGION, Carmen Maria.; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani.; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. *Métis: história e cultura, Caxias do Sul*, v. 7, n. 13, p. 277-298, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba, PR: Criar, 2003.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

FREGE, Gottlob. Sobre sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP, 1978, pp. 59-86.

FROSI, Vitalina Maria. Interrelazioni fra il dialeto veneto e la lingua portoghese-brasiliana. In: ZILIO, Meo (org.). *Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo*. Venezia: Giunta Regionale Regione Veneto, 1987.

FROSI, Vitalina Maria. Os hodônimos de uma praça: suas interfaces, seus significados. In: DA HORA, Dermeval (Org.). *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN*. - CD -João Pessoa – Paraíba: ideia, 2009, p. 3024-3030.

FROSI, Vitalina Maria.; DAL CORNO, G. O. M.; FAGGION, Carmen Maria. Topônimos na RCI: resgate da identidade cultural. In: MAGALHÃES, José Sueli de.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 3017-3029.

FROSI, Vitalina Maria.; FAGGION, Carmen Maria.; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. In: ISQUERDO, Aparecida Negri.; BARROS, Lídia Almeida (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. V. Campo Grande: UFMS, 2010. p. 153-168.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. Identidade: região e valores. In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto. *Imigração e cultura*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2007.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.). *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. 2.ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*. 2. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. In: *Revista prolingua*. v. 2, n. 2, 2008. p. 34-52. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13403/7607>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007.

MISTURINI, B. Os novos bairros de Bento Gonçalves. In: *I Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais, 2011*, Caxias do Sul. Anais do I Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais, 2011.

MISTURINI, B. Toponímia e Interação. In: *Congresso Internacional Linguagem e Interação II, 2010*, São Leopoldo. Anais do Congresso Internacional Linguagem e Interação II. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.

NUNES, José Horta. A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem, discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.). *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. 2.ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. 7.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PASA, Texiano. Toponímia e ideologia: a ideologia em Althusser. In: *XX Encontro de Jovens Pesquisadores e II Mostra Acadêmica de Inovação e Tecnologia*, 2012. Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.jovenspesquisadores.com.br/restrito/easypdf/includes/resumos/02_47_35_485.pdf> Acesso em: 05 abr. 2013.

PAVEAU, Anne-Marie; SARFATI, Georges-Élia. As linguísticas discursivas. In: PAVEAU, Anne-Marie; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da Linguística: da Gramática Comparada à Pragmática*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. (Trad. de M. R. Gregolin et al.)

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi [et al.].

PERONDI, Dario Domingos; PERONDI, Neusa. *Família Perondi: 120 anos de Brasil*. Caxias do Sul: Maneco, 1999.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*. Dissertação (Mestrado). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2012.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio – repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé*. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

Artigo recebido em abril de 2013.

Aceito em agosto de 2013.